



RELIGIÃO, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO: ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA JUVENATO PADRE GUEDES (1971-1995)

Lucas Melo da Silva ¹

INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso na educação brasileira foi e é campo de muitas disputas, debates e discussões, pois no Brasil a relação entre educação e religião possui vínculos que remontam à formação dos primeiros sistemas de ensino formal no território brasileiro com o trabalho dos padres da Companhia de Jesus. Portanto percebe-se um tradicional vínculo entre religião e educação no caso brasileiro, no qual as escolas eram ferramentas de potencializar o processo de catequização por meio do ensino religioso.

Com o processo de laicização da sociedade brasileira, e conseqüentemente também da educação, entre os séculos XIX e XX, houve um processo de formação de um sistema educacional público formalmente desvinculado da Igreja Católica, mas aqui cabe o questionar o quanto essas escolas públicas estavam desvinculadas desta tradição de ensino religioso catequético.

No seio da discussão em torno do ensino religioso este estudo propõe uma reflexão acerca de como o ensino religioso de caráter catequético modifica-se, reconfigura-se, mas permanece vivo e isto por meio da análise de como se operava o ensino religioso na Escola Juvenato Padre Guedes² entre os anos 1971 e 1995 buscando comparar o que havia nos currículos formais da época e o que acontecia na prática, trazendo um olhar acerca das transformações ocorridas na referida disciplina e sobre o papel dos profissionais da educação no trabalho com esta.

METODOLOGIA

Ao se tratar de uma pesquisa que transita no campo da História da Educação, os instrumentos utilizados neste estudo advêm do domínio da História. Para a realização

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, lucas.melo4020@gmail.com

² Escola pública localizada no município de Vicência, cidade do interior de Pernambuco.



deste trabalho fez-se uma pesquisa qualitativa com a utilização de variadas fontes. Foram realizadas visitas à Biblioteca Pública da Vicência e aos arquivos da Escola Juvenato Padre Guedes com a análise das Atas de Rendimento de Escolar referentes ao período de 1971 à 1995.

Outro recurso utilizado para a concretização desta pesquisa foi a História Oral, isto por meio de entrevistas semiestruturadas feitas com profissionais da educação que atuaram na Escola Juvenato Padre Guedes entre as décadas de 1970 e 1990. Por meio das entrevistas foi observado como se trabalhou com o Ensino Religioso no cotidiano desta escola, indo para além do que estaria contido ou não nos registros oficiais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo traz uma discussão em torno do currículo e das práticas pedagógicas no tocante ao Ensino Religioso, portanto, a discussão em torno das concepções de currículo nortearam este trabalho ao definir e orientar o modo de compreender o objeto deste estudo.

O conceito de currículo é bastante discutido e várias são as perspectivas pelas quais é possível compreender este fenômeno. Um primeiro ponto de vista é o que entende o currículo enquanto instrumento de controle social, ou seja, aquele conjunto de conhecimentos prescritos pela sociedade ao educando que funcionam como ferramentas que modelam um ser humano ideal para uma determinada sociedade. Esta perspectiva é importante, pois na sua origem as discussões em torno do currículo estavam de fato ligadas a este objetivo como indicam Antonio Flavio Moreira e Tomaz Tadeu:

Na escola, considerou-se o currículo como o instrumento por excelência do controle social que se pretendia estabelecer. Coube, assim, à escola inculcar os valores, as condutas e os hábitos 'adequados'. (MOREIRA & TADEU, 2011, p. 17)

Contudo a discussão sobre currículo evolue e outras visões emergem, e aqui cabe o destaque para as ideias trazidas pela Sociologia do Currículo, as quais ampliam a noção de currículo para além de um documento burocrático. Neste sentido Ivor F. Goodson (2012) apresenta duas perspectivas de compreensão do currículo. A primeira seria uma definição pré-ativa do currículo, ou o currículo como fato, que corresponde ao currículo prescrito e este seria definido como uma estrutura de conhecimento apresentado pela sociedade para ser dominado pelos seus membros. Uma segunda



perspectiva seria a realização interativa, ou currículo como prática, que corresponde àquilo que ocorre nas salas por meio da interação entre os vários agentes do cotidiano escolar. Portanto, o currículo neste trabalho é compreendido para além de um documento prescritivo.

Outra perspectiva que norteou este trabalho está contida nas reflexões de José Gimeno Sacristán, trata-se do currículo como “Configurador da Prática”. Dentro desta ótica as concepções curriculares objetivam analisar as interações entre teoria e prática buscando mostrar que ao mesmo tempo em que as teorias curriculares moldam as práticas escolares, também o cotidiano escolar, por meio de professores e alunos, molda o currículo, ou seja, o currículo prescrito configura o currículo vivido enquanto que o inverso também é verdadeiro, numa interação recíproca.

O currículo, como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor. É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que a reagem frente a ele, professor que o modelam, etc. (SACRISTÁN, 2000, p. 15/16).

Partindo desta visão do currículo na sua interação recíproca com a prática cabe destacar a categoria de currículo oculto, ou seja: “Conceito criado para se referir àqueles aspectos de experiência educacional não explicitadas no currículo oficial [...]” (MOREIRA & TADEU, 2012, p. 39).

Com a breve discussão conceitual acima este trabalho busca abordar o currículo enquanto fenômeno amplo, ou seja, não apenas enquanto artefato escrito e prescrito para o contexto escolar, mas como um fenômeno que configura o cotidiano escolar ao mesmo tempo em que é modelado por este. Portanto, nesta perspectiva, professores e os demais agentes do ambiente escolar são importantes não só como operários do currículo, mas também como seus artífices. É nesta visão que o currículo oculto emerge, ou seja, enquanto intenções não contidas nos documentos, mas existentes na prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um primeiro ponto a ser destacado é que o período delimitado para a pesquisa corresponde à vigência da lei nº 5.692, a LDB de 1971, e nesta o Ensino Religioso era uma disciplina facultativa como consta no Artigo 7º em parágrafo único: “O ensino



religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.”³.

Foram analisadas as Atas de Rendimento Escolar referentes ao período que vai de 1971 a 1995 e simplesmente não há menção ao Ensino Religioso nos documentos oficiais, porém cabe mais uma vez analisar a legislação educacional em vigor no período para observar que esta traz o ensino religioso também por outros meios. A LDB de 1971 apresentava a Educação Moral e Cívica tanto como disciplina obrigatória quanto como prática educativa conforme consta no Artigo 1º do Decreto-Lei 869 de 1969: “É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.”⁴ A relação entre Ensino Religioso e a Educação Moral e Cívica é notória a partir observação de trecho do Artigo 2º do decreto acima referido.

A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;⁵

Percebe-se um estrito vínculo entre os temas religiosos e a disciplina de Educação Moral e Cívica, na qual esta seria responsável por invocar a religião enquanto ferramenta de formação moral da sociedade.

Nos registros documentais da Escola Juvenato Padre Guedes não há menção nem ao Ensino Religioso nem à Educação Moral e Cívica, porém esta última é introduzida também como prática educativa não necessitando constar no currículo prescrito, como aponta o decreto que regulamentou esta disciplina.

Desta forma este estudo aponta que o ensino religioso ocorria não como disciplina obrigatória, mas de forma mais sutil e ligada à perspectiva de formação de valores morais e cívicos. Outro fator analisado foi o papel dos profissionais da educação que na sua prática traziam aspectos das suas concepções religiosas e morais à sala de aula.

Nas entrevistas com os profissionais da educação que atuaram na Escola Juvenato Padre Guedes entre 1971 e 1995 não houve menção à existência de uma disciplina que tratasse do ensino religioso, em conformidade com o observado nos registros da escola,

³ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 17/09/2020 às 21:06

⁴ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17/09/2020 às 21:17

⁵ Ibid.



porém estes apontaram que havia comemorações relativas a datas religiosas ou atividades relativas aos tempos litúrgicos vivenciados pela Igreja Católica. Também havia orações no início e ao fim das aulas, atividades relativas ao mês da bíblia⁶ e outros períodos temáticos vividos pela Igreja Católica.

Professores também apontaram que a religião era importante conteúdo escolar, pois a compreendiam como necessária à boa formação moral do indivíduo, deste modo a religião serviria como ferramenta de modelamento do indivíduo segundo os valores e normas consideradas positivas pela sociedade. Tal visão do ensino religioso está em conformidade com as intenções da Educação Moral e Cívica, marca da Ditadura Civil-Militar na educação da época.

Percebe-se então que o ensino religioso ocorria mesmo sem constar nos currículos prescritos da escola em questão e isto tanto por meio da atuação dos professores que modelaram o currículo de acordo com suas crenças, ideologias e credos, mas também pela influência da ideia de que a religião contribuía para a formação moral da sociedade, como advogava a Educação Moral e Cívica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca do ensino religioso se faz necessária, pois o fenômeno religioso e a sua influência na realidade escolar não podem ser negados. Apesar da não haver menção desta disciplina nos currículos prescritos, na prática a religião estava presente, isto porque o currículo vai além do que consta nos documentos, estando ele também configurado por ideias, valores e crenças dos profissionais da educação. Portanto, a discussão acerca do ensino religioso é importante ferramenta para orientar profissionais da educação no sentido de abordar corretamente esta disciplina.

Também a vinculação entre formação religiosa e os valores morais é um importante elemento de reflexão, pois revela uma possível instrumentalização da religião e uso desta como ferramenta de manipulação social a serviço dos interesses mais diversos.

Uma reflexão que esta pesquisa propõe se refere a observar como prepondera uma perspectiva cristã no trabalho com o ensino religioso e o quanto religiões de matriz africanas, por exemplo, foram esquecidas ou até estigmatizadas.

⁶ É tradição da Igreja Católica no Brasil destinar o mês de setembro para reflexões em torno da bíblia.



Portanto as pesquisas e discussões em torno do ensino religioso favorecem a compreensão de que esta disciplina, fonte de fortes discussões, pode também contribuir para desfazer preconceitos e promover o respeito entre os praticantes das mais variadas manifestações religiosas.

Palavras-chave: Ensino Religioso; História da Educação, Religião, Educação, Currículo.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Tradução de Atílio Brunetta. 12. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

JACOMELI, Mara Regina Martins. A Lei 5.692 de 1971 e a Presença dos Preceitos Liberais e Escolanovistas: Os Estudos Sociais e a Formação da Cidadania. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.39, p. 76-90, set. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/39/art04_39.pdf Acesso em: 23/11/2018 às 21:01.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MOREIRA, Antônio Flavio; TADEU, Tomas. Currículo, cultura e sociedade. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. 3. Ed. Porto Alegre; artMed, 2000.

SAVIANI, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis – RJ: Vozes, 1978.